

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-035-3

DOI 10.22533/at.ed.353191501

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 1, apresenta 19 capítulos sobre os aspectos relevantes da área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo relacionado aos aspectos gerais das edificações. Os capítulos exibem a preocupação em relatar a importância de preservar os aspectos históricos e culturais que devem ser mantidos através das edificações.

O Patrimônio histórico cultural brasileiro de natureza material e imaterial, previsto na lei é uma forma de garantir a preservação e a história dos edifícios e possibilita manter a cultura em um determinado local e região. Embora, a maioria deles necessita de manutenção, reparos e restauração na materialidade para manter viva a imaterialidade contida nos imóveis.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e particularidades das edificações distribuídas em diversas cidades brasileiras. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A COR E AS SUPERFÍCIES ARQUITECTÓNICAS EM EDIFÍCIOS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DOS HOMENS PARDOS, LARANJEIRAS, BRASIL	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915011	
CAPÍTULO 2	18
A GALILÉ NOS CONVENTOS FRANCISCANOS NO NORDESTE DO BRASIL COLONIAL: INTEGRAÇÃO OU SEGREGAÇÃO?	
<i>Ivan Cavalcanti Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915012	
CAPÍTULO 3	33
A IMAGEM COMO SÍMBOLO: UMA FOTOGRAFIA E A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA NAS PRIMEIRAS CASAS DE GOIÂNIA	
<i>Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915013	
CAPÍTULO 4	49
A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO LEGAL DO ENTORNO DOS BENS INVENTARIADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, RS, BRASIL	
<i>Andréia Schneid</i> <i>Ana Lúcia Costa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915014	
CAPÍTULO 5	65
A TAIPA DE CARNAÚBA NO INTERIOR DO PIAUÍ: A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NA DESVALORIZAÇÃO DA CULTURA	
<i>Tayná Rosal Arnaldo</i> <i>Márcia Piauilino Lins</i> <i>Patrícia Mendes dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915015	
CAPÍTULO 6	78
ARQUITETURA E URBANISMO EM GOIÂNIA NOS REGIMES DE HISTORICIDADE TELEOLÓGICO E PRESENTISTA	
<i>Wilton Medeiros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915016	
CAPÍTULO 7	89
CASA ZENON ROCHA: O PRIMEIRO TOQUE DA ARQUITETURA MODERNA NA CIDADE DE TERESINA	
<i>Emanuelle Karenynne Mota Chaves</i> <i>Hugo Bona de Carvalho</i> <i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915017	

CAPÍTULO 8 101

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA ATTÍLIO CORREIA LIMA: REQUALIFICAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA EDIFICADO

Ariene Ferreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.3531915018

CAPÍTULO 9 119

DIÁLOGO ENTRE ARQUITETURA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

Ana Cristina de Souza

Eliana Maria dos Santos Bahia

DOI 10.22533/at.ed.3531915019

CAPÍTULO 10 136

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PRETENSAMENTE RESTAURADAS: O CASO DO CAMPUS DE LARANJEIRAS DA UFS/SERGIPE/BR

Eder Donizeti da Silva

Adriana Dantas Nogueira

Josefa Luana Oliveira Freire

DOI 10.22533/at.ed.35319150110

CAPÍTULO 11 153

GEOMETRIA E ARQUITETURA: CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS COMPLEXAS A PARTIR DE MÓDULOS GEOMÉTRICOS

Mariana Tiemi Uemura Kawaguti

Patricia Andrea Paladino

DOI 10.22533/at.ed.35319150111

CAPÍTULO 12 170

GERHARD BORMANN E O CEARÁ: NOVOS MATIZES NO PROCESSO DE DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

Paulo Costa Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.35319150112

CAPÍTULO 13 187

INDÍCIOS DA MODERNIZAÇÃO DA ARQUITETURA ESCOLAR NA DÉCADA DE 1930 EM MANUAIS DE OBRAS PÚBLICAS

Marina Goldfarb

Nelci Tinem

DOI 10.22533/at.ed.35319150113

CAPÍTULO 14 201

O RESGATE E A CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA PROJETUAL E CONSTRUTIVA DO CAMPUS

Claudio Antonio S. Lima Carlos

DOI 10.22533/at.ed.35319150114

CAPÍTULO 15 218

PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM RISCO: CASOS NO PLANALTO SUL-RIO-GRANDENSE

Liliany Schramm da Silva Gattermann

Mariana Mattei Santos

DOI 10.22533/at.ed.35319150115

CAPÍTULO 16	230
PATRIMÔNIO CULTURAL: DO TOMBAMENTO À RESTAURAÇÃO	
<i>Franciane dos Santos Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150116	
CAPÍTULO 17	241
A (NÃO) DOCUMENTAÇÃO DA MORTE DA ARQUITETURA INDUSTRIAL: ESTUDO DE CASO EM BELO HORIZONTE	
<i>Ronaldo Andre Rodrigues da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150117	
CAPÍTULO 18	261
ROTA DA ARQUITETURA RELIGIOSA NO PIAUÍ: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS INFLUÊNCIAS ESTILÍSTICAS DAS PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES SACRAS DO SÉC. XVII	
<i>Alaiana Rodrigues Lima</i>	
<i>Tiago Silva de Sousa</i>	
<i>Modesto Luis de Sousa Neto</i>	
<i>Naira Oliveira Martins da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150118	
CAPÍTULO 19	274
SANTO ANTÔNIO DE JESUS – RECONSTRUINDO UMA HISTÓRIA CONSCIENTIZAÇÃO CULTURAL ATRAVÉS DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS	
<i>Bruna Andrade Silva</i>	
<i>Jade Andrade Malta Santos</i>	
<i>Luana Veiga Meira</i>	
<i>Vitória Maria</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150119	
SOBRE A ORGANIZADORA	288

ARQUITETURA E URBANISMO EM GOIÂNIA NOS REGIMES DE HISTORICIDADE TELEOLÓGICO E PRESENTISTA

Wilton Medeiros

Universidade Estadual de Goiás. Curso de
Arquitetura e Urbanismo

RESUMO: O que se pretende no presente trabalho é, analisando dois núcleos documentais em sequencialidade narrativa, observar de que modo a arquitetura e o urbanismo deles surgem como demarcadores de regimes de historicidade. No primeiro núcleo documental a ser abordado, a cidade, os personagens que compõem teias de relações, permeada por seus edifícios, aparecem demarcando o regime de historicidade moderno ou teleológico, no segundo, o “presentista”. Espera-se que sob essa perspectiva de análise da história de Goiânia, produza um pensamento histórico do qual o passado possa ser extraído na contingência do presente. Permeada pela arquitetura e urbanismo, a pesquisa sobre o regime presentista ainda se encontra em seu início, por isso, a perspectiva do presente texto é expor um contexto inicial de análise, expondo discontinuidades ou “erosão” dos tempos, abrindo assim um possível horizonte de expectativas narrativo mediante a explicação narrativa desses núcleos documentais

citados onde análises histórico-teóricas sobre arquitetura e urbanismo possam ser melhores elaboradas posteriormente.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura e Urbanismo; regimes de historicidade; núcleos documentais

INTRODUÇÃO:

ARQUITETURA E URBANISMO, TEMPO ESTRUTURAL, NARRATIVAS E CONHECIMENTO HISTÓRICO

Entre 1933 e 1939, o Estado de Goiás produziu três documentos oficiais fundantes da estrutura do conceito de mudança, a partir do qual se articulou a maior parte das narrativas sobre a história de Goiânia. Tratam-se dos relatórios enviados pelo Interventor Pedro Ludovico Teixeira, ao Presidente da República, Getúlio Vargas (1933; 1939), e o livro *Como nasceu Goiânia*, escrito por Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro (1938). Esses documentos configurarão, conforme mostrarei a seguir, a nucleação do regime moderno de historicidade em Goiás – denominada história “mudancista” –, rompendo com a história *magistra*¹.

A correlação possível entre esta historicidade e a história da arquitetura e

1 “Na *historia magistra*, a exemplaridade vinculava o passado ao futuro enquanto um modelo. Na moderna concepção de história, a exemplaridade cede lugar ao unívoco. Algum dia, no futuro, alguém estabelecerá uma lei” (HARTOG, 2003: 13).

urbanismo em Goiás é no sentido de observar de que modo o conjunto edificado no devir da construção da nova capital vai expressar esses conceitos. Qual seja o conjunto edificado também como nucleação documental de um período em que o ponto de vista do futuro predomina. Sendo a História entendida como processo, ou o Tempo como que direcionado a um fim, neste regime historiográfico a palavra-chave é Progresso (progressão). No lugar de diversas histórias, História vem a ser compreendida como um processo único, organizando o passado como uma seqüência de estruturas, tendo em vista a organização do futuro, a partir do qual se articulou a maior parte das narrativas sobre a história de Goiânia.

Em grande parte, a construção de um regime homogêneo de historicidade, o moderno, é correlacionado a forma coerente e sistemática na elaboração e estruturação dos registros oficiais do Estado de Goiás com a homologia que se estabelece na edificação da cidade, considerando em um primeiro momento o núcleo documental supracitado (1933/1939), possivelmente correlata e homóloga à edificação da cidade neste período, consolidando na escrita e no espaço a estrutura de tal temporalidade. Arquitetonicamente falando, a espacialidade e a materialidade da forma correlata à temporalidade.

Analisarei brevemente a coerência sistemática do Relatório de 1933, cuja elaboração conceitual inicia o núcleo dos registros oficiais estruturantes, em torno do qual se divulgou e consolidou-se a constante temporal que propiciou homogeneidade histórica e pela qual posteriormente múltiplos campos de experiências e horizontes de expectativas foram tratados de modo homogêneo, inclusos projeto urbano e de edifícios.

Do primeiro núcleo documental anteriormente referido, nos relatórios de 1933 e 1939, o argumento central é o “desenvolvimento geral do Estado”. Pela “imparcialidade dos números” e dados da “realidade empírica” neles é elaborado o pensamento conceitual que transmuta o “sonho da mudança” em “conceito de mudança”. Relatam o estabelecimento de “condições de verificar, recolher e elaborar os fatos, bem como as suas relações, cujo conhecimento numérico real é de tamanho para a vida e progresso do Estado”. (TEIXEIRA, 1973, p. 77). Em vista disso, Teixeira se diz um continuador de “verdades indestrutíveis”, conceitos que identificam e retratam a realidade com “precisão flagrante” (Ibid.: p. 112). Observa-se aí, não a preocupação em aprender lições com o passado (historia magistra), mas, em elaborar conceitualmente toda a esperança idealizada no tempo futuro.

Conforme Hartog (2003), no regime antigo de história, a Historia magistra apresentava ao futuro lições advindas do passado. Pelo contrário, no regime moderno, a história foi escrita, teleologicamente, do ponto de vista do futuro. Analisarei sucintamente a seguir, a coerência sistemática do modo como foi configurado o tempo estrutural do regime moderno de historicidade em Goiás – na historiografia goiana denominada “mudancista” (OLIVEIRA, 1999) –, ou seja, a mudança da capital de Goiás passou a ser evento estruturante no sentido de Koselleck, ou uma narrativa

estruturante, com unidade de sentido que pudesse ser narrada homoganeamente em diferentes acontecimentos.

Contudo, conforme mostra Koselleck (2006) não basta inserir diversidade de narrativas para consolidar esta linha de investigação histórica. Para este autor, o conhecimento histórico propriamente dito tem prerrogativas que são as extensões ou abrangências de caráter anterior ou posterior ao acontecimento, do processo e de seu ponto de partida e respectivas consequências, juntamente com as condições sociais em que ocorreram. Para que se compreendam essas prerrogativas, é preciso compreender as possibilidades estruturais dos conceitos diacronicamente, configurar os fenômenos estruturais. No caso, a própria construção de Goiânia se configura com fenômeno estrutural, e como tal os projetos e materialização de seus edifícios.

Ao caso da mudança da Capital em Goiás, foi incorporado o discurso técnico dos engenheiros também como uma verdade que segue o mesmo padrão generalizável acima exposto. O padrão analítico dos engenheiros veio a corroborar na nucleação da abstração lógica como verdade incontestável, sobretudo no ponto em que o Interventor argumenta sobre a escolha do local onde seria edificada a nova cidade:

Não obstante o claro entendimento de todos os membros da comissão, julgou o Governo que seria de boa política submeter a escolha, à apreciação de técnicos em matéria de urbanismo, pelo que convidou os drs. Armando Augusto de Godói, urbanista conhecido em todo o Brasil, Benedito Neto de Velasco, engenheiro-civil e construtor do Distrito Federal e Américo de Carvalho Ramos, engenheiro, detentor de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização, realizado no estrangeiro (TEIXEIRA, 1973, p. 124).

Ainda que a comissão tenha produzido um relatório de “claro entendimento”, ou seja, na linguagem técnica dos engenheiros acima citados, e do médico Laudelino Gomes, esse conhecimento precisava ser corroborado por uma instância urbanística maior, consagrado como “científico”. Ludovico chama a atenção a três aspectos desse processo de consagração; a autoridade, o consenso e a homologação: “esses três técnicos, inegavelmente dotados de larga autoridade no assunto, aplaudiram com entusiasmo, a uma voz, a escolha da comissão, homologando-a sem restrições” (Ibid: 124); “Mais do que as nossas, valem as palavras dos técnicos” (Ibid:129).

Teixeira não cita no Relatório de 1933 o projeto urbanístico de Atílio Correia Lima para a nova capital de Goiás, isso ele fará no relatório de 1939. O que afirma é que “o Governo fixa as condições da mudança”. Disso denota-se que praticamente toda a construção conceitual expressa no relatório é encaminhada para corroborar a fixação dessas “condições”, embasadas no discurso técnico e consenso científico.

Visando, sobretudo, construir conceitos abstratos, importava, naquele momento de edificação da nova capital também a construção do regime moderno de historicidade. Enfatizando a homogeneidade do conhecimento técnico e a heterogeneidade da atuação política, desloca do passado e do presente as esperanças e as energias e galvaniza a ideia de futuro como verdade imanente, e não mera possibilidade.

A nucleação dessa estrutura temporal que demarca a ruptura do regime moderno de historicidade com a história magistra através do estabelecimento de uma verdade abstrata baseada em conceitos lógicos continua em seguida ao Relatório de 1933, no livro *Como nasceu Goiânia* e posteriormente no Relatório de 1939. A principal característica do Relatório de 1939, assim como no livro *Como nasceu Goiânia*, é a comprovação dos argumentos abstratos apresentados no Relatório de 1933.



Figura 1: comprovações sobre o sucesso da mudança da capital

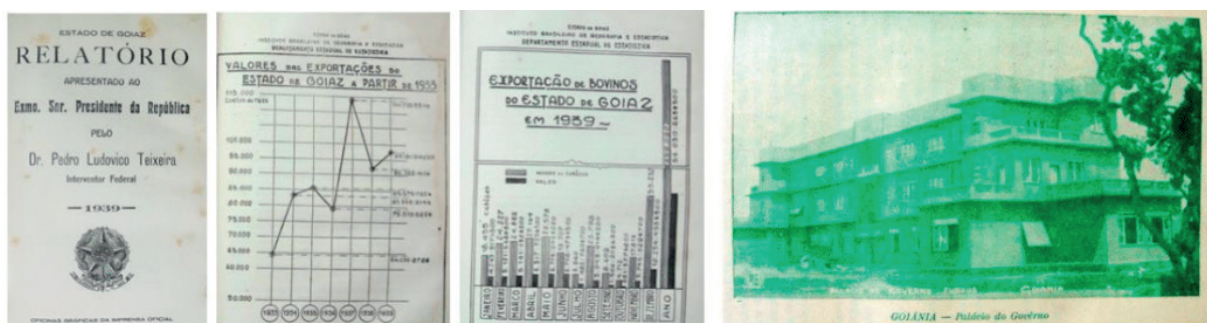


Figura 2: Relatório de 1939 – apresentação de comprovações e do andamento das obras.

Fonte: TEIXEIRA, 1939.

Porém, diferentemente de Monteiro, neste Relatório a escrita de Teixeira, por exemplo, utiliza a sequência de legendas, fotos e textos com clareza sequencial, propiciando fácil leitura de objetivo e claro constructo conceitual, e, priorizando o “conhecimento técnico” dos urbanistas advoga, sobretudo a concretização da centralidade geográfica (TEIXEIRA, 1939, pp. 8; 20; 25-26), mostrando que as concepções e soluções técnicas endossavam o fluxo abstração/ concretização.

No Relatório de 1939, Teixeira cita fartamente Atílio Correia Lima e Armando de Godoi, porém, em decorrência das injunções políticas apaga desses documentos oficiais o nome do engenheiro Jeronimo Coimbra Bueno, o qual reagirá a essa manobra política de duas maneiras: publicando o livro apócrifo “A luta na epopéia de Goiânia: uma obra da engenharia nacional – Documentário histórico; técnico; descritivo – Contribuição ao ‘Batismo cultural de Goiânia’”, e elegendo-se governador do Estado de Goiás em 1946. Embora este livro pertença a outro núcleo documental, segue a estrutura do regime moderno de historicidade, apenas reforçando de outra maneira a ideia homogeneidade temporal em função do futuro.

As mudanças no eixo temporal futurista para presentista ocorrerá cerca de vinte

anos depois, o que se pode observar, embora sucintamente, em análise do segundo núcleo documental abordado no presente texto, ao qual pertence o livro analisado a seguir.

Em torno do núcleo estruturante do tempo presentista: “Construção da perda” como possibilidade para o “despertar”

O prefácio do livro Histórico de uma administração municipal é intitulado pelo então senador Alfredo Nasser como A cidade que acabou.



Figura 3 – Segundo núcleo documental analisado.

Fonte: BRITTO, 1966.

Poderíamos tomar esse título como meras palavras de um opositor político ao homem que capitaneou a estruturação da prevalência de uma historia oficial, calcada na ideia de tempo futuro. Porém, ao lermos todo o conteúdo do livro, podemos perceber realmente uma urgência em tornar opaco tanto o passado quanto o futuro daquele tempo estrutural “mudancista”, e configurar em suas fraturas, a emergência de estruturação do presente expandido.

Conforme disse anteriormente, as narrativas históricas sobre Goiânia são marcadas pela estrutura temporal “mudancista”, porém, mesmo sendo de característica homogeneizadora, observa-se nessa estrutura enormes hiatos de elementos narrativos. Como mostra Koselleck, embora o tempo estrutural seja imprescindível para a construção do conhecimento histórico, a multiplicidade de outras modalidades de tempos também o são. Por isso mesmo, no arranjo dessas diversas narrativas e no modo como são articuladas ao tempo estrutural, pode ocorrer o que Rüsen chama de “ausência traumática de sentido” (2001, pp. 172-173). Tanto Koselleck quanto Rüsen referem-se à discussão sobre o tempo (HARTOG, 2003), especificamente sobre o fim do regime moderno de historicidade e os estudos do tempo presente (Zeitgeschichte).

Até surgir o que vou chamar aqui de “despertar” de personagens e instituições que irão constituir uma “cidade pensada”, já haviam se passado cerca de trinta anos,

onde a história futurista foi recorrente, quase clichê – em larga medida ainda hoje o é. Contudo, a partir dos anos de 1960, a Prefeitura de Goiânia passará a assumir uma centralidade que até então lhe era impossível ter, por causa da submissão que tinha ao Governo do Estado no que se refere ao comando das diretrizes do desenvolvimento urbano.

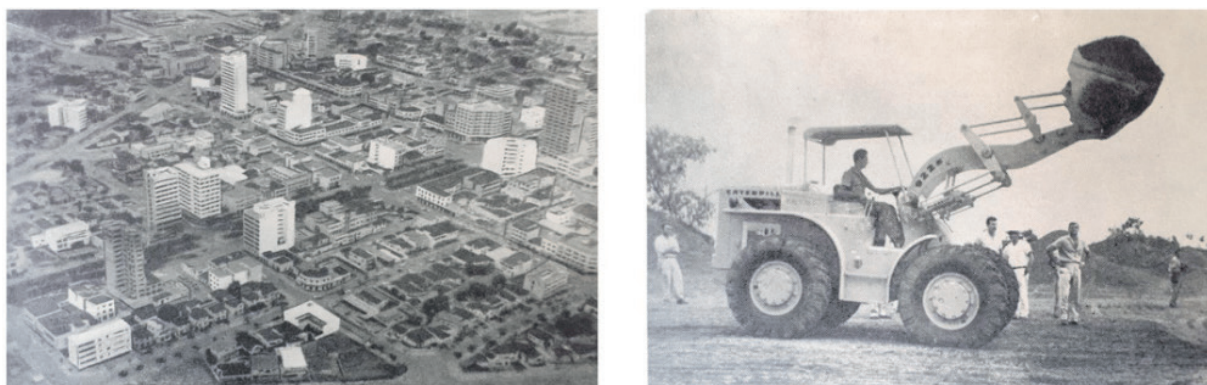


Figura 3: Verticalização do Centro de Goiânia e urbanização da cidade.

Fonte: BRITTO, 1966.

Nesta “cidade pensada”, o foco principal deixa de ser as categorias abstratas articuladas até então pelo Estado e sua inserção na Nação e civilização ocidental por vias positivistas, focalizando pelo viés deste discurso nacional um tempo estrutural onde a realidade está no futuro, para além do tempo presente. Onde a celebração do presente ocorre em função da cidade por vir. Em vista disso, em torno das ações da municipalidade, outros personagens procurarão elaborar outra estrutura de temporalidade e suas correlatas espacialidades, reelaborando em um “despertar” a compulsão à repetição que levou a cidade, por exemplo, à intensa urbanização e esgarçamento do tecido urbano.

Dessa forma, esses personagens, já não mais “mudancistas”, preocupados em forjar um tempo pra si, em que a identidade da cidade é forjada na estruturação e na expansão do tempo presente, conseqüentemente no encolhimento do futurismo. Esses novos personagens procurarão retirar a municipalidade do tempo “mudancista” e estado de vigília anteriormente elaborado por núcleos estruturadores do Estado de Goiás. Procurarão sanar problemas urbanos que passaram a ser reclamados e vividos na dimensão do tempo presente de seus cidadãos e de sua noção de cidadania. Dentre esses personagens presentistas, geralmente oponentes políticos a Pedro Ludovico Teixeira – que havia se tornado Senador da República –, estava Helio de Britto, Prefeito de Goiânia entre 1961 e 1966.



Figura 4: Hélio de Britto e demais personagens: vereadores e secretários.

Fonte: BRITTO, 1966.

No livro *Histórico de uma administração municipal* por ele escrito, há um sentido da urgência em reagir ao progressivo desaparecimento (morte) do patrimônio público municipal. Trata-se de um processo que podemos classificar como “fatal” ou “funesto” porque é como se fosse um espelho diante do esvaziamento de sentidos que leva necessariamente à morte. Britto fala de um processo de perda e, conseqüentemente, de identidade. Os sujeitos são vistos como correndo perigo iminente de destruição:

Ao iniciarmos a tarefa da reorganização administrativa da prefeitura quisemos, entre outras coisas, saber o que possuía o município e onde se localizavam seus bens móveis e imóveis. Ninguém soube nos responder, porque todos ignoravam isso (BRITTO, 1966, p. 53).

No caso da municipalidade de Goiânia, a história é por Britto concebida como um processo contínuo de destruição, porque desde a mudança da capital e após os trinta anos passados, a Prefeitura de Goiânia exercia um papel meramente simbólico. Por isso, em *Histórico de uma administração municipal* Britto teve que tratar com o “avesso do simbólico”, com o limite do real e, nesse limite, escavar sentidos no presente. Sendo o campo do duplo sentido, o simbólico articula sentidos e não-sentidos, isto é, alimenta o real de sonhos; no simbólico, os contrários coexistem.

Na medida em que há a ausência de sonhos, o real se põe a nu, e a nudez é morte que passa a ser objeto de produção de sentido. Coincidência ou jogo estratégico para até mesmo expor as fraturas do tempo estrutural futurista, e as “carências de orientação” delas advindas, a questão mais emergencial de todas as questões mais emergenciais que aguardavam Hélio de Britto logo que assumiu o cargo de Prefeito de Goiânia, foi a construção de um novo cemitério para a cidade. Conforme relata à página 237, o único cemitério existente e já quase saturado, sem poder receber sepulturas comuns, era o Cemitério Santana, no bairro de Campinas.

Era evidente que urgentes providências tinham de ser adotadas, a fim de não se chegar a uma situação irremediável. O esgotamento do espaço no campo-santo mencionado era um problema que não seria resolvido com a aquisição de áreas anexas, pois que já estavam ocupadas (BRITTO, 1966, p. 237).

Sobre esse assunto, e reforçando tal emergencialismo, no jornal *Diário do Oeste*, de 09 de fevereiro de 1961, há uma nota sob o título **O PREFEITO PROVIDENCIA PARA QUE GOIANIENSE POSSA MORRER**, e informa que “os dois cemitérios com

que conta a cidade estão desde há muito, completamente esgotados”.



Figura 5: Imagens sobre a reforma do Cemitério Santana.

Fonte: BRITTO, 1966.

Britto dedica boa parte de seu livro para falar sobre o novo cemitério da cidade, evidenciando que tudo se inicia no lugar dos mortos, no grau zero de simbolização, onde tudo tem de ser ressimbolizado. “Por longo tempo os governantes municipais não precisarão se preocupar com problema idêntico ao que nos deparamos no início de nosso Governo – qual seja o da saturação de cemitérios” (BRITTO, op. cit: p. 247).

Na apresentação do projeto do novo cemitério, chamado Cemitério Parque de Goiânia, é possível interpretar que, tal qual aquela situação limite da vida, a morte passava a ser ressimbolizada em um dos equipamentos urbanos mais significativos para Goiânia, a praça:

O Cemitério de Campinas, que data da época em que Goiânia ainda não existia, já não recebia sepultamentos no ano de 1961, quando fomos empossados. Vinha aquele campo-santo sendo destruído aos poucos e já estava mesmo em ruínas. Quisemos, em vista disso, colocar todos os restos mortais ali existentes, em uma sepultura comum e subterrânea, com compartimentos diversos, e construir, por cima, uma capela. No restante do terreno, construiríamos moderna praça. (BRITTO, 1966, p. 248).

É possível perceber que a escolha do cemitério que é ao mesmo tempo uma “moderna praça” tem a visível intenção de expor as diferenças entre um tempo urgente e presente e outro ad infinitum contruído no passado para perdurar pelo próprio estilo magestoso de seus mausoléus a ele correspondente. Ao grau zero do tempo presente expresso na presença da morte, Britto parece querer estabelecer, ao menos no nível simbólico, o acolhimento das múltiplas vozes caladas e seus múltiplos tempos pelo viés da “igualdade humana”:

Nesse cemitério, que nada fica a dever às mais modernas necrópoles de outras terras **e que é o primeiro nesse estilo no Brasil**, haverá predominância de árvores, gramas e flores. Nele não existirão as grandes estruturas de mausoléus, capelas particulares e nem os pomposos e clássicos túmulos. Todas as sepulturas serão compostas de pequena lápide e singela cruz, como que a lembrar a todos a igualdade humana. (BRITTO, 1966, p. 244).



Figura 6: Entrada, Capela e Ossário do Cemitério Parque de Goiânia. Modulação e serialização característica da arquitetura moderna.

Fonte: BRITTO, 1966.

Em certo sentido, Britto talvez tipifique o “visitante inesperado” de Derrida, aquele que se desloca do futuro e assim, contradizendo a noção pela qual os acontecimentos foram determinados no passado, e, “sem horizonte de espera” porque veio de fora dos constructos temporais estabelecidos e teve a experiência da “desolação”, da perda de todo pertencimento, pôde oferecer a hospitalidade construindo um presente expandido. Como diz Matos (2014), numa refiguração como esta, há de encontrar-se o sentimento “perturbante” de situação próxima à do pária, de “paradoxo da impossível inclusão e da impossível exclusão.

O episódio da construção do Cemitério Parque de Goiânia expõe expôs uma situação emergência, qual seja a inexistência de espaços públicos destinados a projetos e gestão municipal. Esses dois aspectos estarão presentes em mais dois episódios que envolvem projetos da Prefeitura, empreendidos por Hélio de Britto. A construção de um novo Mercado Central e o Palácio da Autonomia Municipal. Nestes projetos, tal como no projeto do Cemitério Parque, Helio de Britto constrói a perda do tempo homogêneo e teleológico, e enfatiza a expansão do tempo presente e as suas emergências. E essa mudança estrutural de um tempo teleológico irá refletir na pratica da arquitetura e urbanismo, nos espaços e nos projetos concebidos desde então.

Porém, trafegando nas raias do “avesso simbólico”, o limite do real o faz escavar os sentidos para o seu Histórico de uma administração municipal. Nisso, o sentido que persistentemente constrói é a caracterização crua da perda. Pois é no momento mais inapreensível, no cerne mesmo do indiferenciado da perda, que ocorre o despertar do sujeito no presente. Isso significa um despertar para a construção de uma identidade local de Goiânia, com seu próprio tempo, espaço e forma. Portanto, o que ocorre como núcleo documental a que pertence o livro de Britto, é que o que ocorre, o seu autor – e também aos personagens a eles correlacionados – não é um simples desvencilhar-se do sentido dado pelas administrações anteriores de Goiânia, mas um reordenamento deste, e este reordenamento é perpassado pela arquitetura e urbanismo.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Um aprofundamento sobre a teoria e história da arquitetura e urbanismo que identifique formas e espacializações correspondentes aos distintos regimes de historicidade e núcleos documentais aqui abordados, a análise sobre a qualidade da arquitetura e do urbanismo que se pôs em prática desde então, é outra história a ser escrita e um debate a ser feito com maior aprofundamento.

Espera-se que sob essa perspectiva de análise da história de Goiânia, se produza um pensamento histórico do qual o passado possa ser extraído na contingência do presente. Permeada pela arquitetura e urbanismo, a pesquisa sobre o regime presentista ainda se encontra em seu início, por isso, a perspectiva do presente texto foi a de expor um contexto inicial de análise, caracterizando-o por meio de explicações narrativas descontinuidades ou “erosão” dos tempos. Desse modo, abrir um possível horizonte de expectativas mediante a explicação narrativa desses núcleos documentais citados, onde análises histórico-teóricas sobre arquitetura e urbanismo possam ser melhores elaboradas a posteriori.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Geraldo Teixeira. *A luta na epopéia de Goiânia: uma obra da engenharia nacional – Documentário histórico; técnico; descritivo – Contribuição ao “Batismo cultural de Goiânia”, no 8º Congresso Brasileiro de Educação e 2ª Exposição de Educação, Cartografia e Estatística*. Rio de Janeiro: Of. Graf. do Jornal do Brasil, 1942.

Diário Oficial (15/07/1950)

HARTOG, François. *Regime de Historicidade*. [KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]. Disponível em [https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois_Hartog_-_Regime_de_Historicidade_\(1\).pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois_Hartog_-_Regime_de_Historicidade_(1).pdf)

_____. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *In Revista de História* 148 (1º - 2003), 09-34. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18952/21015>

_____. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BRITTO, Hélio de. *Histórico de uma administração*. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 1966.

BUENO, Jerônimo Coimbra. *A Fundação Coimbra Bueno pela nova capital do Brasil – Decreto nº 49.873 de 11 de janeiro de 1961*. Departamento de Imprensa Nacional, 1961.

_____. Discurso. Diário Oficial (15/07/1950).

DORFMAN, Beatriz. Arquiteturas do desejo. *In Derrida e arquitetura*. Dirce Eleonora Solis, Fernando Freitas Fuão (Orgs). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

FUÃO, Fernando Freitas. As formas do acolhimento. *In Derrida e arquitetura*. Dirce Eleonora Solis, Fernando Freitas Fuão (Orgs). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

GOIÂNIA. *Autonomia do município de Goiânia. Mensagem enviada pelo Prefeito Dr Helio Seixo de*

Britto ao Governador Mauro Borges Teixeira. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia. 1962.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. As quatro dimensões do despertar — sonho, fantasia, delírio, ilusão. *Ágora* (Rio de Janeiro) v. VIII n. 2 jul/dez 2005. 275-289.

MATOS, Olgária. Derrida e a língua do outro: a filosofia é a ciência primeira. In *Revista Cult* n° 195 – *Dossiê Jacques Derrida*. Outubro de 2014. Disponível em <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/06/derrida-e-a-lingua-do-outro/>

MONTEIRO, Ofélia Sócrates. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.

NICOLAZZI, Fernando. A história entre tempos: Fraçois Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. In *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 53, p. 229-257, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *Imagens e mudança cultural em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

_____. *Reconstrução do passado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2007.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-035-3

